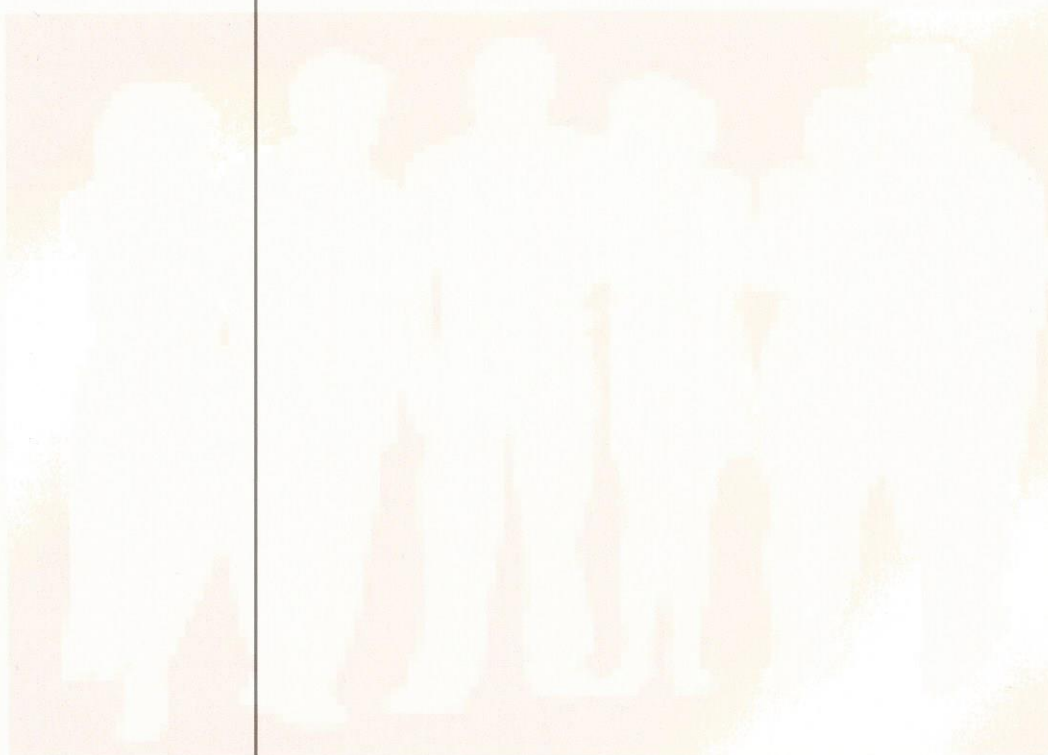


GAT

**Grupo Português de Activistas
Sobre Tratamento de VIH/SIDA
Pedro Santos**

***RELATÓRIO E CONTAS
DO
EXERCÍCIO DE 2 012***



INTRODUÇÃO

Relatar um ano de vida de uma Instituição como a nossa, onde os desafios permanentes se colocam, não é tarefa fácil.

Prestar contas é o acto de relatar aos interessados, directos e indirectos a actividade da Instituição no decurso de um ano civil.

Para além de uma obrigação legal, trata-se de um acto através do qual avaliamos e justificamos o dia-a-dia da Instituição nas suas diversas componentes e dimensões, desde a materialização dos objectivos traçados, até à justificação dos desvios verificados ou do incumprimento do que se idealizou no Plano de Actividades para o ano em relato.

O exercício de detalhar a actividade da Instituição comporta estados de espírito de satisfação do dever cumprido, particularmente na realização dos actos e acções previamente programadas ou da capacidade de reajustamento à realidade diária objectiva, mas também um sentimento de humildade no reconhecimento de que não se conseguiu prever com rigor todas as tarefas de gestão devido a um conjunto muito significativo de dificuldades específicas da Instituição. Em ultimo caso, admite-se mesmo a impossibilidade, parcial ou total, de materializar alguns dos objectivos e acções previamente traçados no Plano de Actividades.

A contingência associada a estes documentos acarreta, na análise que deles se faz, uma componente muito significativa de necessidade de readaptação dos actos e acções à evolução dos factos e das situações a que se aplicam.

Efectivamente, como documentos previsionais que são, procurando antever o futuro, não podem nem devem ser concebidos numa lógica de inflexibilidade, mas antes como caminhos de orientação, que nos conduzam aos fins pretendidos, readaptando-se ou ajustando-se às necessidades mais prementes que a Instituição venha a experimentar ou tenha que objectivamente responder.

Naturalmente que em períodos de crise as dificuldades, independentemente da sua dimensão, tendem a avolumar-se acabando sempre por limitar ou condicionar as linhas orientadoras inicialmente gizadas.

A nossa Instituição, apesar das dificuldades acrescidas em períodos de crise e recessão, continua a defender e lutar pelo acesso universal à prevenção, diagnóstico, tratamento e cuidados de saúde na área do VIH/SIDA, orientando a sua actividade na resposta às necessidades da comunidade.

A dedicação, esforço e capacidade de trabalho dos membros da Instituição e da comunidade, tem vindo a construir em bases sólidas uma maior credibilização e dignificação da mesma.

A Direcção ciente das suas responsabilidades perante os seus associados e entidades externas quer nacionais quer internacionais e procurando demonstrar o rigor transparência das suas Contas e actividade, contratou para o ano transacto e posteriores o serviço de Auditoria Externa à empresa Noras Silvério & Bizarro do Vale, SROC.

A Certificação Legal de Contas emitida atesta que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes a posição financeira da Instituição em 31.12.2012.

Nestas circunstâncias, estamos convictos do apoio dos associados e outras entidades quanto à acção desenvolvida no ano de 2012, constantes do presente relatório.

ESTRUTURA ORGANICA

O GAT-Grupo Português de Activistas sobre Tratamentos de VIH/SIDA Pedro Santos, é uma pessoa colectiva pública do tipo ESNL.

As suas funções são desempenhadas por diversos órgãos eleitos directamente pelos membros da Instituição e definidas no respectivo Estatuto:

1. Assembleia Geral

É o órgão a quem compete o poder deliberativo sobre as questões mais relevantes da Instituição, sendo ela constituída por todos os membros em pleno gozo dos seus direitos, o que lhe confere uma representatividade democrática e, por essa via, a participação nas decisões da Instituição.

Presidente : Amílcar Soares

1º Secretário: João Paulo

2º Secretário: Anabela Lopes

2. Direcção

É o órgão que define, por excelência, as estratégias e a acção institucional, competindo-lhe deliberar sobre um vasto campo de matérias, sendo as execuções das deliberações tomadas da competência do Presidente.

Presidente : Luís Mendão

Vice-Presidente : Ricardo Fernandes

Tesoureiro : João Brito

Secretário : Maria João Brás

Vogal : Álvaro Cunha

Director Executivo: Ricardo Fernandes

3. Conselho Fiscal

É o órgão de fiscalização da Instituição competindo-lhe as funções definidas nos Estatutos, sendo-lhe primordialmente atribuídas as funções de fiscalização definidas no Plano de Actividades e Orçamento.

Presidente: Mário Rui Braga

Secretário : Manuel Domingues

Relator : João Santa Maria

Os seus membros estão organizados em grupos de trabalho específicos para conduzir as suas actividades.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O GAT apresentou no ano em apreço um resultado negativo de € 5 040,23 contra um resultado líquido do ano anterior de € 2 092,78. Contudo, esta comparação deve ter em consideração que em 2012 se considerou como custo o valor de férias e do subsídio de férias, acrescidos das contribuições para a Segurança Social, custos de 2012 mas a pagar em 2013 e, no ano transacto apenas se considerou o subsídio de férias acrescido das contribuições. Deste modo o resultado não é comparável.

Em termos financeiros a situação mantém-se estável, apresentando o GAT uma autonomia financeira de 42,94% e um rácio de solvabilidade de 75,24%.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propomos que o Resultado Líquido negativo apurado, de € 5 040,23 (cinco mil e quarenta euros e vinte e três cêntimos), seja aplicado em Resultados Transitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É difícil, por mais volumoso que seja o relatório, descrever o que foi a actividade da nossa Instituição em 2 012.

Os factos falam por si. São objectivos, inequívocos, comprovados por si mesmo ou pelos seus efeitos.

Todos aqueles que contribuíram para que o relatado fosse possível, não são apenas mulheres e homens de opinião. São, acima de tudo, mulheres e homens de ideias fortes. Mulheres e homens que acreditam no que fazem e no rigor da sua prestação e que não regateiam esforços e sacrifícios em prol das suas convicções.

Tudo o que fizemos foi no pressuposto que era o melhor. Analisamos as alternativas e é nossa convicção que prestamos um serviço positivo à comunidade, com o nosso saber, esforço e dedicação.

Para finalizar, a Direcção deseja agradecer a preciosa colaboração de todos aqueles que ajudaram a levar este projecto avante, nomeadamente aos membros da Assembleia Geral, Conselhos Fiscais e Consultivo, associados e colaboradores.

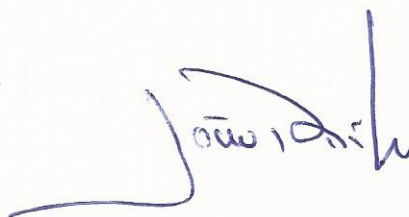
RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

O Relatório de Actividades já apresentado, poderá ser consultado no site do GAT www.gatportugal.org

Apresentam-se de seguida o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração dos fluxos de caixa, as demonstrações das alterações dos fundos patrimoniais e o anexo às contas.

Lisboa, 25 de Maio de 2 013

A Direcção



BALANÇO, DEMONSTRAÇÕES E ANEXOS

O Plano de Actividades e o Orçamento Previsional para 2 012 foi elaborado com as devidas precaução que a situação económica e financeira do país aconselhavam.

Contudo e devido ao empenho e dedicação da Direcção e restantes membros, constata-se que os Rendimentos do período em análise superaram em 9,5% os valores orçamentados e por reflexo, os Gastos foram ultrapassados em 22,8%.

A parceria com outras instituições principalmente a nível internacional, proporcionou um aumento das receitas, pelo que a Instituição abarcou e expandiu novos projectos, que na sua implementação originaram diversas despesas não previsíveis, com maior incidência na conta "Gastos com Pessoal".

Assim, é de realçar que existiu uma grande preocupação numa boa execução orçamental, com uma vigilância acrescida na contenção e redução de custos e procura de outras fontes de receitas.

Apesar de na sua quase totalidade os projectos em curso não serem financiados a 100% pelo parceiros envolvidos, não nos alheamos das nossas responsabilidades, pelo que a Direcção e restantes membros, com grande abnegação e empenho, sempre acompanhou a evolução do enquadramento dos projectos, no sentido de os adaptar, sempre que possível, à realidade financeira.

De acordo com as demonstrações financeiras que se seguem, constata-se que o Resultado Líquido do Período apresenta um resultado negativo de € 5 040,23.

Contudo este resultado não é comparável com o de 2 011, devido ao facto de terem sido alterados os procedimentos contabilísticos na imputação de custos da rubrica "Provisão para Encargos com Férias/Subsídio de Férias."

BALANÇO

EXERCÍCIO DE 2 012

ACTIVO			
	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	5	112.408,20	106.860,29
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Activos biológicos		0,00	0,00
Participações Financeiras - método equivalencia patrimonial		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos		0,00	0,00
Accionistas/sócios		0,00	0,00
Outros Activos financeiros		0,00	0,00
Prop Ind e outros Direitos		0,00	0,00
		112.408,20	106.860,29
ACTIVO CORRENTE			
Inventários		0,00	0,00
Activos biológicos		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	10.4	3.696,78	3.696,78
Accionistas/sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber	10.1	28.038,67	6.353,04
Diferimentos	10.2	811,05	0,00
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	33.766,95	27.936,87
		66.313,45	37.986,69
TOTAL ACTIVO		178.721,65	144.846,98

Paula C. R.

FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
	NOTAS	PERIODOS	
		2012	2011
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	10.5	1.025,00	1.025,00
Excedentes Tecnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	10.5	80.749,71	78.656,94
		81.774,71	79.681,94
Resultado líquido do período		-5.040,23	2.092,78
		76.734,48	81.774,72
Interesses minoritários		0,00	0,00
Total dos Fundos Patrimoniais		76.734,48	81.774,72
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	6	0,00	0,00
Financiamentos obtidos		3.645,57	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		3.645,57	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores c/c		32.399,46	5.960,15
Adiantamentos de Clientes		7.657,31	0,00
Estado e outros entes públicos	10.4	11.512,20	10.523,06
Financiamentos obtidos	6	6.624,30	2.188,37
Outras contas a pagar		40.148,33	44.400,68
Diferimentos		0,00	0,00
Pessoal		0,00	0,00
		98.341,60	63.072,26
TOTAL DO PASSIVO		101.987,17	63.072,26
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		178.721,65	144.846,98

Paulo Santos

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EXERCÍCIO DE 2012

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados		845,00	541,70
Subsídios à exploração	7	671.393,55	449.961,35
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	11.1	336.649,84	206.755,47
Gastos com o pessoal	9,00	326.100,36	224.089,73
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		8,40	952,50
Outros gastos e perdas	11.3	1.695,99	10.077,68
Resultados antes de depreciação, gastos financiamento e impostos		7.800,76	10.532,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		11.675,78	7.369,65
Imparidade de investimentos depreciables (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional, antes gastos financiamento e impostos		-3.875,02	3.163,02
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	11.3	1.165,21	1.070,24
Resultado antes de impostos		-5.040,23	2.092,78
Imposto sobre o rendimento do período		-5.040,23	2.092,78
Resultado líquido do período			
Resultado das actividades descontinuadas (antes de impostos) RL exercício			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
Resultado por acção básico			

Paulo Santos

FLUXOS DE CAIXA

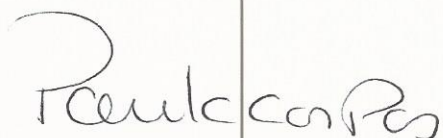
EXERCÍCIO DE 2012

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2012	2011
Actividades Operacionais			
Recebimentos de membros e outras entidades	7	672.238,55	451.455,55
Pagamento a fornecedores		-331.314,54	-213.273,91
Pagamento ao pessoal	9	-326.786,73	-220.922,54
Caixa gerada pelas operações		14.137,28	17.259,10
Pagamentos/Recebimentos de imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		2.000,20	7.912,44
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		16.137,48	25.171,54
Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	5,00	-17.223,69	-24.314,81
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-17.223,69	-24.314,81
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	6,00	26.109,93	99,33
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	6	-18.028,43	-5.712,55
Juros e gastos similares	11.3	-1.165,21	-1.070,24
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		6.916,29	-6.683,46
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		5.830,08	-5.826,73
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		27.936,87	33.763,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	33.766,95	27.936,87

Paulcarrão,

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2012

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	Fundos	Reservas Fundo Solidariedade Social	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
Posição em 31 Dez 2011 (ESNL)	1.025,00	0,00	73.041,00	5.616,00	79.682,00
Correcção erros por efeitos retrospectivos	0,00	0,00	0,00	2.093,00	81.775,00
Posição em 31 Dez 2011 reexpressa	1.025,00	0,00	5.616,00	-5.616,00	81.775,00
Posição em 01 Jan 2012 (ESNL)	1.025,00	0,00	78.657,00	2.093,00	81.775,00
Resultado Líquido do Período 2011	0,00	0,00	2.093,00	-2.093,00	81.775,00
Outras Variações	0,00	0,00	0,00	-5.040,00	76.734,00
Posição em 31 Dez 2012 (ESNL)	1.025,00	0,00	80.750,00	-5.040,00	76.374,00



ANEXO

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- 1.1. – Designação da Entidade: GAT-Grupo Português de Activistas sobre os Tratamentos VIH/SIDA – Pedro Santos
- 1.2. – Sede: Av. Gomes Pereira, 98-4º, 1500-332 Lisboa
- 1.3. – Natureza da Actividade: O GAT é uma pessoa colectiva publica de natureza associativa, sem fins lucrativos (ESNL), com estatuto da Lei do Mecenato.

2 – REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 2.1. – As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, por opção, de acordo com o modelo contabilístico para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei nº36-A/201 de 9 de Março de 2011
- Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se com base os seguintes pressupostos:

-Pressuposto de continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

-Regime da periodização económica (acrécimo)

A entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em “Devedores por acréscimo de rendimentos”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimo de gastos”.

-Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito das demonstrações financeiras.

-Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

-Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2012 não são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011. Com efeito, os valores constantes nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2012 não são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do período de 2011, nomeadamente na rubrica “Encargos com Férias/Subsidio de Férias”.

- 2.2. – Em 31 de Dezembro de 2012, a preparação das demonstrações financeiras foi efectuada de acordo com o novo SNC, para as entidades do ESNL, não tendo sido afectada a sua posição financeira e o seu desempenho financeiro relatado.

3 – PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

- 3.1. – As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do GAT, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS:

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	04 anos
Equipamento administrativo	Entre 02 e 08 anos
Outros activos fixos tangíveis	Entre 02 e 08 anos

As vidas úteis e métodos de amortização de bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente nas demonstrações de resultados por natureza.

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhoramentos significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

MEMBROS E OUTRAS DIVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de “outros terceiros” encontram-se mensuradas ao valor nominal.
As dívidas de membros e outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do valor nominal.
As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito de desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídios de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direcção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes susceptíveis de divulgação.

3.2. – Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relacionadas de activos e passivos, assim como as quantias relacionadas de rendimentos e gastos do período.

4 - FLUXOS DE CAIXA

4.1. – Desagregação dos valores inscritos na rubrica caixa e em depósitos bancários

Descrição	31.12.2012
Caixa e depósitos bancários activos	
Caixa	3,03
Depósitos à Ordem	33 763,92
Outros depósitos bancários	0,00
Total	33 766,95

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método directo, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos do GAT.

5 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

b) As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.

c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31.12.2011	Adições	Abate	Transf.	31.12.2012
Edif. e outras construções	102 570,11	0,00	0,00	0,00	102 570,11
Equipam. transporte	19 500,00	17 223,69	0,00	0,00	36 723,69
Equipam. Administrativo	3 545,85	0,00	0,00	0,00	3 545,85
Activo tangível bruto	125 615,96	17 223,69	0,00	0,00	142 839,65
Depreciações acumuladas	18 755,67	11 675,78	0,00	0,00	30 431,45
Depreciações acumuladas	18 755,67	11 675,78	0,00	0,00	30 431,45
Activo tangível líquido	106 860,29	5 547,91	0,00	0,00	112 408,20

6 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31.12.2012 e 2011, a rubrica “Financiamentos Obtidos” por via da locação financeira (ver nota 7), apresentava a seguinte decomposição:

Instituições de Crédito e sociedades financeiras	31.12.2012			31.12.2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Caixa Geral Depósitos	1.606,43	0,00	1.606,43	0,00	0,00	0,00
Cetelem	5.017,87	3.645,57	8.663,44	2.188,37	0,00	0,00
Total	6.624,30	3.645,57	10.269,87	2.188,37	0,00	0,00

7 – SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO E OUTRAS ENTIDADES

Foram reconhecidos em 2012 e 2011, os seguintes subsídios e doações:

Descrição	31.12.2012	31.12.2011
Subsídios do Governo e Outros Entes Públicos	442 707,09	308 825,35
Subsídios de Outras Entidades	228 686,46	141 136,00
Total	671 393,55	449 961,35

Atribuídos pelas seguintes entidades:

Descrição	31.12.2012	31.12.2011
Ministério da Saúde	394 207,09	308 825,35
Câmara Municipal de Lisboa	48 500,00	0,00
Indústria Farmacêutica	132 009,63	47 000,00
Outras Entidades	96 676,83	94 136,00
Total	671 393,55	449 961,35

8 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

8.1. – Autorização para emissão:

- Em 15.04.2013 as demonstrações financeiras foram, pela Direcção, autorizadas para emissão.
- A Direcção tem o poder para alterar as demonstrações financeiras após 15.04.2013.

9 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número médio de empregados durante o ano foi de dezanove.

As remunerações do ano de 2012 não são comparáveis com as de 2011, pois no ano de 2012 foram rectificadas e alterados os procedimentos com cálculo de Férias e Subsídio de Férias

Gastos com o Pessoal	31.12.2012
Remunerações do Pessoal	275 132,71
Encargos sobre remunerações do pessoal	48 762,37
Outros Gastos	2 205,28
Total	326 100,36

A rubrica “Outros Gastos” inclui gastos com seguro de acidentes de trabalho, formações e outros.

10 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

10.1. – A rubrica “Outras Contas a Receber” apresentava em 31.12.2012 e 31.12.2011 os seguintes saldos:

Outras Contas a Receber	31.12.2012	31.12.2011
Outras contas a receber	28 038,67	6 353,04
Total	28 038,67	6 353,04

10.2. – A rubrica “Diferimentos” apresentava em 31.12.2012 e 31.12.2011 os seguintes saldos:

Diferimentos	31.12.2012	31.12.2011
Diferimentos	811,05	0,00
Total	811,05	0,00

10.3. – A rubrica “Fornecedores” apresentava em 31.12.2012 e 31.12.2011 os seguintes saldos:

Fornecedores	31.12.2012	31.12.2011
Fornecedores c/c	32 399,46	5 960,15
Total	32 399,46	5 960,15

10.4. – A rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” apresentava em 31.12.2012 e 31.12.2011 os seguintes saldos:

Estado e outros Ent Pub	31.12.2012		31.12.2011	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto s/ Valor Acresc.	3 696,78	0,00	3 696,78	0,00
Retenções na Fonte	0,00	3 137,13	0,00	2 983,45
Cont. Segurança Social	0,00	8 375,07	0,00	7 539,61
Total	3 696,78	11 512,20	3 696,78	10 523,06

10.5. – Decomposição e movimento de itens dos fundos próprios

Descrição	Saldo inicial	Saldo final
Fundo	1 025,00	1 025,00
Resultados Transitados	78 656,94	80 749,71

11 – OUTRAS INFORMAÇÕES

11.1.-Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e Serviços Externos	31.12.2012	31.12.2011
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços Especializados		
Trabalhos Especializados	58.889,84	19.672,08
Publicidade e Propaganda	749,00	377,50
Vigilância e Segurança	383,76	479,11
Honorários	100.880,02	86.018,23
Conservação e Reparação	11.384,38	8.725,22
Materiais		
Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	4.239,62	8.849,02
Livros e Documentação Técnica	3.439,80	10.827,17
Material de Escritório	5.348,93	5.862,13
Apoio a Voluntários	16.000,00	0,00
Utensílios Hospitalares	20.758,63	0,00
Medicamentos para Utentes	11.123,61	0,00
Outros	2.955,09	25,50
Energia e Fluidos		
Electricidade	3.290,83	1.887,54
Combustíveis	2.939,01	123,01
Água	792,00	760,71
Gaz	368,57	270,10
Deslocações Estadadas e Transportes		
Deslocações e Estadadas	49.597,21	17.295,30
Portagens Estacionamento e Análogos	0,00	31,96
Transportes de Pessoal	1.532,70	7.416,55
Transportes de Mercadorias	1.829,56	0,00
Serviços Diversos		
Rendas e Alugueres		
Veículos	0,00	0,00
Arrendamentos	26.858,83	25.419,86
Comunicação		
Diversas	8.116,27	5.825,50
CTT	3.057,11	2.987,32
Seguros	492,52	338,04
Contencioso e Notariado	434,27	398,49
Limpeza Higiene e Conforto	1.188,28	925,47
Outros Serviços	0,00	2.239,66
Total	336.649,84	206.755,47

11.2.-Outros Rendimentos e Ganhos

Outros Rendimentos e Ganhos	31.12.2012	31.12.2011
Descontos pronto pagamento obtidos	8,40	952,50
Total	8,40	952,50

11.3.-Outros Gastos e Perdas

Outros Gastos e Perdas	31.12.2012	31.12.2011
Impostos	812,78	134,85
Outros		
Correcções relativas a períodos anteriores	704,99	2 377,95
Donativos	140,00	7 500,00
Outros não especificados	38,22	64,88
Juros suportados		
Outros juros	822,65	513,70
Outros	342,56	556,54
Total	2 861,20	11 147,92

11.4.-Impostos e contribuições para a Segurança Social em mora:

A entidade apresenta a sua *situação regularizada* perante a AT e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório anual da actividade fiscalizadora de 2 012

1.Introdução

Nos termos do nº 1 do art. 35º dos Estatutos do **GAT-Grupo Português de Activistas sobre Tratamentos de VIH/SIDA – Pedro Santos**, o Conselho Fiscal (CF) deve elaborar, sempre que o julgue conveniente, relatórios da sua actividade fiscalizadora, sendo obrigatoriamente elaborado um, anualmente, que será apresentado a assembleia geral de aprovação de contas, pelo que este relatório visa, precisamente, dar cumprimento a esta última parte.

Considerando que o GAT não define o conteúdo deste relatório, o CF entendeu que se justificaria proceder-se a uma exposição analítica da actividade fiscalizadora desenvolvida.

2.Ambito

No âmbito do nº anterior, fiscalizamos o cumprimento do Plano de Actividades e Orçamento, a actividade administrativa da Direcção e examinamos os documentos e os registos contabilísticos.

Em consequência do exame efectuado emitimos o parecer sobre o relatório e contas da Direcção, nos termos da alínea a) do nº 2 do artº 35º, com data de 08 de Março de 2 013, cujo conteúdo deve ser tido como integralmente reproduzido.

3.Procedimentos de fiscalização

3.1 Organização interna do CF

A palavra «fiscalizar» significa «verificar o bom cumprimento das normas, leis ou quaisquer regras ou disposições» ou «observar atentamente o cumprimento dos deveres, obrigações de alguém.

Neste contexto, o CF tem desenvolvido a sua acção fiscalizadora numa dupla perspectiva:

-*A posteriori* ou reactiva – Em função da realização efectiva das actividades, em que o CF apresenta sugestões/recomendações e relatórios/memorandos visando a evidencia dos resultados e a melhoria do desempenho dessas actividades no futuro.

-*Apriorística* ou proactiva – Sempre que o CF apresenta sugestões/recomendações antes da realização das actividades, constantes ou não no Plano de Actividades.

As funções do CF, contempladas nos artºs 34º a 37º dos Estatutos estão, de uma forma geral, previstas no artº 420º do CSC, nomeadamente a «fiscalização da gestão» prevista na alínea a) do nº 1 desse articulado do CSC.

3.2 Competências do CF

Para além do atrás descrito deverá ser também competência do CF elaborar parecer sobre o Plano de Actividades e Orçamento e fiscalizar o cumprimento da lei, estatutos e regulamentos, assim como as deliberações da assembleias-gerais

3.3 Reuniões

Em 2 012, o CF realizou quatro reuniões.

3.4 Plano de Actividades e Orçamento de 2 013

Face ao preceituado no artº 35º dos Estatutos, não está o CF obrigado a emitir parecer sobre o Plano de Actividades e Orçamento (PAO), mas apenas, fiscalizar o seu cumprimento, ou seja, deve pronunciar-se sobre a execução e não sobre, o PAO objectivamente.

3.5 Recomendações

O CF apresentou algumas sugestões aos órgãos sociais do GAT, especialmente à Direcção.

3.6 Outros procedimentos

Foram desenvolvidos também os seguintes procedimentos complementares de fiscalização:

- a) Reuniões com os responsáveis pela área contabilística e financeira e outros colaboradores do GAT.
- b) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o balanço, as demonstrações de resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa, bem como os correspondentes anexos, com as normas constantes no POC, directrizes contabilísticas e interpretações técnicas.
- c) Verificação da conformidade daquelas demonstrações financeiras com os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte.
- d) Análise do sistema de controlo interno contabilístico e administrativo existente no GAT.
- e) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efectuados os testes substantivos seguintes, que consideramos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - Inspeção física dos principais elementos do imobilizado corpóreo
 - Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Direcção.
 - Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social.

4. Relatório e Contas

4.1 Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2 012 contemplam os ajustamentos e reclassificações contabilísticas apresentadas pelo CF, salientando-se, porém, os seguintes factos:

- a) As políticas contabilísticas estão devidamente divulgadas no anexo ao balanço e às demonstrações de resultados, salientando-se as resultantes da aplicação dos princípios contabilísticos fundamentais, da especialização (ou do acréscimo) de prudência, o que denota uma preocupação de rigor técnico-contabilista em prol da imagem verdadeira e apropriada do GAT.
- b) Desde o início da actividade do GAT que os resultados líquidos dos exercícios tem registado valores positivos, porém resultado líquida do exercício de 2 012, foi negativo em € 5 040,23.

- c) Foram implementadas as demonstrações complementares sobre custos e receitas, por valências, o que permitiu uma melhor análise da actividade do GAT, nas suas diversas valências.

4.2 Relatório de Actividades

O CF procedeu à análise do relatório de actividades da Direcção (RAD) de 2 012, o qual descreve as actividades da Direcção e restantes órgãos do GAT, excepto as do CF, as quais estão traduzidas neste relatório.

5. Execução orçamental

Como é referido no RAD, o CF sublinha que houve uma boa execução orçamental a nível dos custos e proveitos.

Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas da Direcção de 2 012.

Introdução

1. Em cumprimento do disposto na alínea a) do nº 2 do artº 36º dos Estatutos do GAT, examinamos o relatório e contas de 2 012 apresentados pela Direcção, compreendendo estas ultimas as demonstrações financeiras, as quais incluem o balanço em 31 de Dezembro de 2 012 (que evidencia um total de € 178 721,65, incluindo um resultado liquido negativo de € 5 040,23), as demonstrações dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, bem como o RAD.

Responsabilidades

2. Nos termos da alínea a) do artº 31º dos Estatutos do GAT, é da competência da Direcção a apresentação do relatório e contas e respectivas demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do GAT, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de contabilidade interno apropriado

A nossa responsabilidade encontra-se consagrada na referida alínea a) do nº 2 do artº 36º dos Estatutos do GAT e consiste na emissão de parecer sobre o relatório e contas da Direcção e, de um modo geral, na fiscalização da sua actividade administrativa.

Âmbito

3. Não definindo os Estatutos do GAT o conteúdo do parecer nem as normas subjacentes, a fiscalização a que procedemos foi efectuada de acordo com as normas gerais de auditoria aplicáveis, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

4. O relatório anual da actividade fiscalizadora, elaborada por este Conselho Fiscal, relata, com o pormenor que julgamos adequado às circunstâncias, o trabalho e o âmbito da nossa actividade fiscalizadora.

5. Foi verificada a concordância da informação financeira constante do relatório da Direcção com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que a fiscalização efectuada proporciona uma base aceitável para expressão do nosso parecer sobre o relatório e contas da Direcção de 2 012.

Parecer

7. Somos de parecer que o relatório e contas da Direcção de 2 012 e as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do GAT em 31 de Dezembro de 2 012 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em

conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, pelo que somos de parecer que:

7.1.-Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2012.

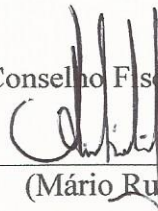
7.2.-Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório da Direcção.

Para finalizar é dever do CF expressar um voto de confiança aos membros da Direcção, pela competência e empenhamento com que exerceram as suas funções.

Lisboa, 25 de Maio de 2013

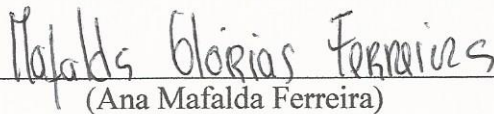
O Conselho Fiscal

Presidente:



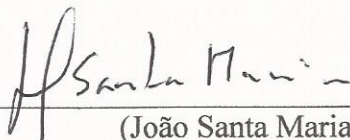
(Mário Rui Braga)

Secretário:



(Ana Mafalda Ferreira)

Relator:



(João Santa Maria)